

Maria Carlota Rosa

# Introdução à morfologia



editora**contexto**

## 3.2. Três modelos de análise linguística

Tal mudança correspondeu à adoção de um modelo de análise gramatical diferente daquele herdado da tradição greco-latina. O estruturalismo norte-americano estabeleceu um método para identificar que partes específicas do material fonológico de uma forma complexa expressavam as diferentes partes de um significado também complexo. As unidades som e significado assim apreendidas eram os **elementos mínimos** ou **itens** da análise.

### 3.2.1. A palavra no centro da análise: o modelo *Palavra e Paradigma*

Para ilustrar a diferença entre o modelo de análise que prevalecera por tantos séculos no Ocidente – denominado por Hockett (1954) **Palavra e Paradigma** (ou *PP*) – e o modelo de análise estruturalista norte-americano dominante entre meados da década de 1940 e de 1950<sup>2</sup> – que ficou conhecido como **Item e Arranjo** (ou *IA*) –, tome-se como exemplo o estudo tradicional do verbo em português.

Um verbo como *AMAR*, por exemplo, é regular e pertence à primeira conjugação. Qualquer das formas desse verbo é descrita pelas suas características de *palavra morfossintática* (v. cap. 5). A referência a *amemos*, por exemplo, é feita como em (3.1):

#### (3.1) primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo de *AMAR*

Qual a diferença entre essa e uma análise estruturalista? A diferença está em que a caracterização em (3.1) não é linear (Matthews, 1972: 106): *amemos* é um todo, não a relação sintagmática entre signos mínimos que se devem suceder necessariamente numa dada ordem, como expresso a seguir:

#### (3.2) AM- + VT/ SUB PRES + 1PL

Exemplificado do modo clássico em (3.3) adiante, o paradigma apresenta as diversas realizações da palavra, ou *lexema*, que no nosso exemplo é *AMAR*. Tais formas resultam das variações ao longo de cada *categoria gramatical* admitida pelo verbo em português e das combinações entre as diferentes categorias. Cada categoria – Número, por exemplo – concretiza-se como *propriedades morfossintáticas* (como Singular, Plural) que se opõem e excluem.

No modelo tradicional, a relação entre a cadeia sonora e as propriedades expressas não é direta. Não se trata de uma sucessão de formas mínimas, como se os dados pertencessem sempre a línguas aglutinantes ideais (até porque esse modelo foi desenvolvido no estudo de línguas que exibem morfologia flexional razoavelmente

<sup>2</sup> Nem todos os estruturalistas norte-americanos seguiram tão de perto IA. O próprio Bloomfield estava bem mais orientado para IP.

complexa). Não se procurava, no modelo gramatical que nos foi legado pela tradição greco-latina, decompor palavras em unidades mínimas de som e significado, em busca da sequência sonora específica que corresponde a tal ou qual significado e vice-versa. Aliás, a função do hífen nas formas em (3.3) adiante não é a de assinalar a segmentação em unidades mínimas de som e significado, mas a de indicar que qualquer verbo regular de primeira conjugação pode seguir esse **paradigma** (a palavra grega para ‘modelo’), que funciona, descritivamente, como uma espécie de molde, ou, se preferirmos, como uma fronteira para regras que derivam formas do paradigma. Para isso substitui-se: (a) ou o elemento na posição inicial, (*am-*) – o **radical**, –, por outro de mesma classe, como *louv-*, por exemplo, e mantêm-se as **terminações**, que expressam as categorias gramaticais envolvidas; ou (b) mantêm-se o radical e mudam-se as terminações. As relações assim expressas são *verticais*, ou melhor, paradigmáticas.

Para ficar mais evidente o quanto a análise tradicional estava afastada de qualquer preocupação com formas mínimas, lembremos, por um momento, o modo como aprendemos a conjugar o verbo em latim no colégio, seguindo um modelo tão antigo quanto o gramático Prisciano (ca. 500 d.C.) – daí a denominação **formação priscianica** para o estudo da formação do paradigma segundo esse modelo.

O verbo latino que em português traduzimos por ‘optar, desejar’ deveria ser lembrado por quatro formas: *optō*, *-āvi*, *-āre*, *-ātum*. Tais formas correspondiam, respectivamente:

- a) à **primeira pessoa do presente do indicativo ativo** (*optō*);
- b) à **primeira pessoa do singular do perfeito do indicativo ativo** (*optāvī*);
- c) ao **infinitivo presente ativo** (*optāre*);
- d) ao **supino**<sup>3</sup> (*optatum*).

A partir dessas formas – que representam os chamados *tempos primitivos* – podia-se conjugar todo o verbo. Vamos usar aqui para ilustração apenas as formas ativas. Do *primeiro radical* (ou **raiz de formação**) formavam-se o *imperfecto* e o *futuro do indicativo*, o *presente do subjuntivo*, o *particípio presente* e o *gerúndio*. Bastava para isso trocar a terminação: tirando-se o *-ō* final de *optō* e colocando-se *-abam*<sup>4</sup> tinha-se o *imperfecto* (*optabam*); se em vez de *-abam* a terminação escolhida fosse *-abo*, tinha-se o *futuro* (*optabo*); para o *gerúndio*, tirava-se o *-ō* final e colocava-se *-andi*, *-ando* ou *-andum* (*optandi*, *-o*, *-um*).

Do *segundo radical* formavam-se o *mais-que-perfeito* e o *futuro perfeito do indicativo*, o *perfeito* e o *mais-que-perfeito do subjuntivo* e o *infinitivo perfeito*, trocando-se o *-ī* final, respectivamente, por *-eram* (*optaveram*), *-ero* (*optavero*),

<sup>3</sup> Forma nominal do verbo latino em *-um*, empregada com verbos de movimento, ou em *-u*, com adjetivos. O supino pode ser traduzido como indicando a finalidade (algo como *lusum*, ‘para jogar’, *auditum* ‘para ouvir’).

<sup>4</sup> Estamos exemplificando sempre com a primeira pessoa do singular. O mecanismo era o mesmo para as demais pessoas.

-erim (*optaverim*), -issem (*optavissent*), -isse (*optavisse*). Do terceiro radical formavam-se dois tempos: pela supressão da terminação *-re*, o imperativo (*opta*); do acréscimo de *-m*, o imperfeito do subjuntivo (*optarem*). Por fim, do supino em *-um* formava-se o *particípio futuro*, pela troca de *-um* por *-urus* (*optaturus*, *-a*, *-um*).

Em resumo: derivamos *palavras* do paradigma verbal a partir de outras *palavras* do mesmo paradigma. Não partimos de sequências de formas mínimas mais abstratas para explicar quer a formação dos chamados tempos primitivos quer a dos demais tempos. Como não estamos trabalhando com signos mínimos, também não vem ao caso termos formado, por exemplo, o imperfeito e o futuro a partir do presente. Para um estruturalista, tudo isso é muito estranho, para dizer-se o mínimo.

### (3.3) AMAR

#### Indicativo

	PRESENTE	PRETÉRITO PERFEITO	PRETÉRITO IMPERFEITO
1SG	am-o	am-ei	am-ava
2SG	am-as	am-aste	am-avas
3SG	am-a	am-ou	am-ava
1PL	am-amos	am-amos	am-ávamos
2PL	am-ais	am-astes	am-áveis
3PL	am-am	am-aram	am-avam

	PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO	FUTURO DO PRESENTE	FUTURO DO PRETÉRITO
1SG	am-ara	am-arei	am-aria
2SG	am-aras	am-arás	am-arias
3SG	am-ara	am-ará	am-aria
1PL	am-áramos	am-aremos	am-aríamos
2PL	am-áreis	am-areis	am-aríeis
3PL	am-aram	am-arão	am-ariam

#### Subjuntivo

	PRESENTE	IMPERFEITO	FUTURO
1SG	am-e	am-asse	am-ar
2SG	am-es	am-asses	am-ares
3SG	am-e	am-asse	am-ar
1PL	am-emos	am-ássemos	am-armos
2PL	am-eis	am-ásseis	am-ardes
3PL	am-em	am-assem	am-arem

#### Imperativo

AFIRMATIVO	NEGATIVO
am-a	Não am-es
am-e	Não am-e
am-emos	Não am-emos
am-ai	Não am-eis
am-em	Não am-em

#### Formas nominais

INFINITIVO IMPESSOAL	INFINITIVO PESSOAL	GERÚNDIO	PARTICÍPIO
am-ar	am-ar	am-ando	am-ado
	am-ares		
	am-ar		
	am-armos		
	am-ardes		
	am-arem		

### 3.2.2. O morfema no centro da análise: o modelo *Item e Arranjo*

Para um estruturalista, quaisquer das formas latinas que acabamos de ver são sequências de unidades mínimas de som e significado que se ajustam a um **padrão geral** – o equivalente descritivo dos *paradigmas dos verbos regulares* dos estudos tradicionais – que descreve a flexão verbal na língua em estudo. Não há a necessidade de um paradigma para que de uma palavra se derive outra. Uma forma como *optaturus*, numa análise estrutural, é resultante da sequência em (3.4):

(3.4) opt-	ã -	t -	ur	-us
desejar	VT	marca do	PART. FUT	NON/SG
		4º radical		

É uma análise sintagmática. O papel da morfologia passa a ser o de juntar esses pedaços de material, ou *morfemas*, que são signos mínimos. Para identificá-los no enunciado, o estruturalismo lançou mão da **substituição** ou **teste da comutação**<sup>5</sup>, que se apoiava no “princípio primordial da gramática” (Câmara Jr., 1973: 43): a *oposição linguística*. Retomando-se o verbo AMAR como exemplo, uma forma como *amas* contém uma parte que não se altera, que é *am-*, que se relaciona ao significado

<sup>5</sup> *Substituição* é termo proposto por Harris e utilizado na linguística norte-americana; *teste da comutação* é a denominação dada por Hjelmslev e seguida, no Brasil, por Câmara Jr. (v. Haugen, 1951). Para críticas, ver o quarto capítulo de Chomsky (1964).

mais geral atribuído a AMAR. Substituído *am-* por *louv-*, ou por *ador-*, por exemplo, tem-se uma forma que apresenta um outro *significado lexical*, o que nos faz concluir que *am-* é uma unidade de som e significado; um morfema, portanto.

Como saber, porém, se o restante, *-as*, é um elemento ou mais de um? Também pelo confronto com outras formas. *Amas* difere, por exemplo: (a) da forma de *terceira pessoa do singular* (*ama*), o que nos mostra que *-s* pode ser isolado; (b) da forma do *subjuntivo* (*ames*), o que demonstra que *-a-* também pode ser isolado; por fim, (c) não há qualquer marca específica para Tempo-Modo-Aspecto (doravante TMA), como no *futuro* (*amarás*), por exemplo, ou no *pretérito imperfeito* (*amavas*), formas, por essa razão, mais “canônicas” do que *amas*. *Amas* poderia ser compreendida, portanto, numa análise em constituintes imediatos (ou *CIs*) como ou contendo um zero (3.5a), ou ainda, seguindo Pontes (1965)<sup>6</sup>, como em (3.5b), contendo um *morfe cumulativo*<sup>7</sup>:

(3.5)

a.

amas			
am-	-a-	- ø -	-s
raiz	VT	IND. PRES	2SG

b.

amas		
am-	-a-	-s
raiz	VT + IND. PRES	2SG

Uma análise do verbo em português deveria, pois, arrolar quais os *elementos* ou *itens* constitutivos de sua estrutura, como também os padrões em que se apresentam. Daí denominar-se esse tipo de análise *Item e Arranjo* ou *Elemento e Arranjo*. Cada um dos elementos mínimos pertence a uma *ordem* ou *classe* (raiz, afixo). Elementos da mesma ordem são mutuamente exclusivos para uma única posição (Nida, 1949: 84): isto significa que uma palavra não pode ao mesmo tempo estar no Futuro e no Passado, por exemplo, numa língua que expresse essas propriedades.

### 3.2.3. Uma tradição do Oriente: *Item e Processo*

Um terceiro modelo de análise, mais antigo que IA, porque suas origens remontam aos trabalhos de gramáticos hindus sobre o sânscrito, como Pāṇini (ca. 500 a.C.),

<sup>6</sup> Pontes (1965: 60): “Consideramos que a VT, no Presente do Indicativo, indica também MTA, porque existe a oposição entre este paradigma e todos os outros. Não se pode analisar como um zero morfêmico, neste caso, porque o sufixo MTA também não pode ser segmentado no Pretérito Perfeito, que, no entanto, se opõe (com exceção de P3) ao Presente do Indicativo. A interpretação como morfema cumulativo se impõe”.

<sup>7</sup> Ver nota 22 adiante.

foi denominado **Item e Processo** (ou **IP**). Tal como IA, IP é um modelo aglutinativo (v. Spencer, 1991: 50), embora a concatenação de elementos se dê num nível mais abstrato que aquele do enunciado, o das formas **subjacentes** ou **teóricas**. A essas formas são aplicados *processos*, ou *regras*, ou *operações*, que as transformam nas formas de superfícies<sup>8</sup>. Esse artifício procura demonstrar a regularidade que existe por trás das irregularidades, que seriam, então, irregularidades aparentes.

Tomemos para exemplo a descrição proposta por Câmara Jr. (1970: 104) para as formas verbais *hás*, *há*, *hão*. Segundo o A., elas derivam das estruturas subjacentes em (3.6). O asterisco nas formas da primeira coluna indica que se trata de formas teóricas, que não se realizam como tais fonologicamente:

(3.6)

*havs	⇒	haø	⇒	hás
*hav	⇒	haø	⇒	há
*hav/N/	⇒	haø/N/	⇒	hão

Por não ser seguido da vogal temática da segunda conjugação, o radical *\*hav-* perde a consoante final /v/ (perda que assinalamos com o símbolo ø) e forma sílaba com a consoante seguinte, no caso de ela existir.

Os mesmos dados levam a análises diferentes, se nosso modelo é IA: como uma sucessão de zeros morfêmicos, ou, ainda, com a postulação de um *morfe cumulativo*. A forma *há*, por exemplo, seria a cumulação de “tema, MTA e PN” (Pontes, 1965: 73-74), isto é, “[’a | P2, Presente do Indicativo, verbo haver” (*id.*: 74)<sup>9</sup>.

A distinção entre os três modelos é fundamental para entendermos a definição clássica de morfema e alguns dos problemas que esse novo elemento apresentou aos pesquisadores, questões de que trataremos a seguir.

## 3.3. A definição clássica de *morfema*<sup>10</sup>

O **morfema** é “uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores” (Bloomfield, 1926: 27); “uma forma linguística que não mantém semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma” (Bloomfield, 1933: 161). Estas definições de Bloomfield:

<sup>8</sup> O formato que a análise toma em IP é o que se chama *derivação*: camadas estruturais que se formam sucessivamente, pela aplicação de operações a uma determinada cadeia de elementos. *Derivação*, nesse sentido, não tem o significado mais comum nos estudos linguísticos, quando se opõe a *flexão*.

<sup>9</sup> Ver, porém, a seção 3.5.4. adiante.

<sup>10</sup> Lembramos que o quadro a que nos reportamos é o do estruturalismo norte-americano, especialmente àquele formado pelos distribucionalistas das décadas de 1940 e 1950 que ficaram conhecidos como bloomfieldianos.

... dão conta do morfema em duas dimensões, e correspondem a dois passos fundamentais no processo de identificação de morfemas. No primeiro, o da *segmentação*, serão isoladas na cadeia da fala seqüências fônicas recorrentes mínimas que apresentam significado; no segundo, o da *classificação*, serão considerados membros do mesmo morfema os morfemes que apresentem distintividade fonético-semântica comum... (Basilio, 1974a: 80 – ênfase adicionada).

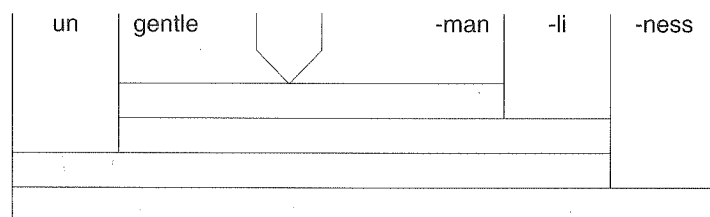
Cada morfema é um átomo de som e significado – isto é, um signo mínimo. Segundo tal perspectiva, a morfologia é o estudo desses átomos (*a alomorfia*) e das combinações em que podem ocorrer (*a morfotática*) – i.e., a **morfologia** é o estudo dos *morfemas e de seus arranjos*<sup>11</sup>.



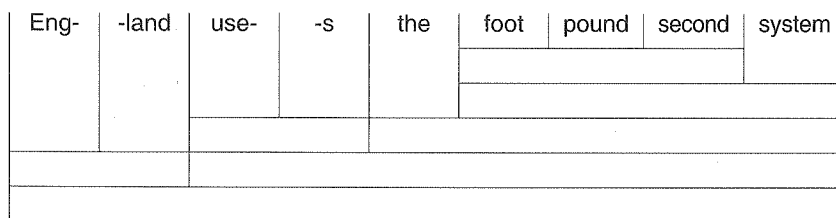
Com Bloomfield o *signo* deixava de ser a palavra (como fora para Saussure) e passava a ser, por excelência, o morfema. Com isso o morfema passava a ter lugar no *léxico*: “O estoque total de morfemas numa língua é seu léxico” (Bloomfield, 1933: 162).

São os morfemas os elementos centrais para o modelo; a *palavra*, do mesmo modo que o sintagma, resulta dessas combinações. Tais combinações são arranjos hierárquicos de constituintes imediatos, como exemplificado em Hockett (1958: 180<sup>12</sup> e 154<sup>13</sup>), reproduzidos em (3.7 a, b) respectivamente:

(3.7) a.



b.



Uma vez que a unidade básica da **gramática** (isto é, da morfologia e da sintaxe) é o morfema, a distinção entre morfologia e sintaxe não é nítida, como se pode constatar

<sup>11</sup> Bloomfield (1933: 163): “Os arranjos significativos de formas numa língua constituem sua *gramática*”. E ainda (*id.* 163ss): “As formas linguísticas podem apresentar quatro tipos de arranjos: *ordem, modulação, modificação, fonética, seleção*”.

<sup>12</sup> Traduzível como ‘descortesia’.

<sup>13</sup> Traduzível como ‘A Inglaterra utiliza o sistema pé-libra’.

em (3.7): os constituintes do primeiro nível do diagrama tanto podem ser palavras como os elementos que as constituem. O próprio Hockett (1958: 178) “ajustaria” a definição de **morfologia** para “todas as construções em que um CI é menor do que uma palavra...”. Ou, na pena de Gleason Jr. (1961: 137), trecho já referido anteriormente (seção 2.3), “Nem sempre é clara a distinção entre morfologia e sintaxe. [...] Não é, porém, possível uma discriminação mais satisfatória que abranja as línguas em geral”. Reconhece-se, no entanto, que as construções morfológicas são mais elaboradas que as sintáticas (Bloomfield, 1933: 207).

### 3.3.1. Os tipos de morfemas

Até aqui os exemplos que apresentamos constituem-se de um *radical* e *afixos*, que se combinam na formação de uma palavra. Uma das consequências de se trabalhar com um modelo baseado na noção de *item* (e não na de *palavra*) foi a de que, de algum modo, se passou a compreender a morfologia sintagmaticamente, como *afixação*.

A análise de diferentes línguas demonstrou, porém, que os processos morfológicos podem ser de outros tipos, captados não tão elegantemente nessa análise de um significado para um significante. Mecanismos como *morfemas alternativos*, *subtrativos* e *zero*, embora considerados “uma difícil manobra, contudo necessária” (Hockett, 1947: 230), vieram somar-se, assim, ao *morfema aditivo*. Apresentamos em seguida os tipos de morfemas:

#### 3.3.1.1. Morfema aditivo

Os **morfemas aditivos** são facilmente captados pela análise morfêmica: são os *radicais* e os *afixos*. Os exemplos que vimos até aqui (*am-*, *-s*) incluem-se neste grupo.

A **raiz** ou **radical primário** é o elemento mínimo de significado lexical. Se for ampliado por derivação ou por composição, forma o **radical** ou **radical secundário**. Em *transformar*, por exemplo, temos um radical ou radical secundário *transform-*. Retirado o prefixo (*trans-*), ficamos com a raiz ou radical primário *form-*. Em *terceiro-mundista*, temos um radical, (*terceiro-mundo*) que é a base do derivado em *-ista*; temos, porém, duas raízes.

☞ No estudo da formação de palavras encontra-se muitas vezes o termo **base** em lugar de *raiz* ou de *radical* ou ainda de *palavra*. Retomando os exemplos acima, *transform-* e *terceiro-mundo* são as bases, respectivamente, de *transformar* e *terceiro-mundista*.

O que chamamos **afixos** são elementos que se distinguem pela posição que tomam em relação à raiz. Os **prefixos** antecedem a raiz, como *re-* em *reler*; os **sufixos** seguem a raiz, como *-al* em *arrozal*.

A morfologia das línguas costuma repousar predominantemente em apenas um desses dois tipos de afixos. Afinal, “uma língua com dez classes de posições tanto para prefixos como para sufixos traria dificuldades reais para a localização das raízes das palavras” (Anderson, 1985b: 166-167). Há tendência entre as línguas para maior número de sufixos: “Línguas exclusivamente sufixais são razoavelmente comuns; ao passo que línguas exclusivamente prefixais são bastante raras” (Greenberg, 1963: 92).

Uma das generalizações acerca das línguas do mundo diz respeito à ordenação que sufixos (ou prefixos) derivacionais e sufixos (ou prefixos) flexionais tomam em relação à raiz. Essa generalização foi expressa por um dos *universais implicacionais* de Greenberg (1963: 93):

*Universal 28.* Se tanto a derivação como a flexão seguem a raiz, ou ambas precedem a raiz, a derivação está sempre entre a raiz e a flexão.

Vamos a um exemplo: *livr-inho-s* apresenta mais perto do radical *livr-* o sufixo derivacional *-inho* que a marca de Plural.

☞ Não são tão claros casos como os dos plurais de alguns diminutivos portugueses, tais como *pãezinhos*, *florezinhas*, *pastezinhos*. Ou ainda dos derivados em *-mente* cujas bases são adjetivos variáveis quanto ao Gênero: *lindamente*, *historicamente*...

Os **infixos** são um tanto diferentes dos *prefixos* e dos *sufixos*, uma vez que se inserem por completo no interior de uma raiz, tornando-a *descontínua*. Em árabe, como de resto nas línguas semíticas, o padrão mais geral para as raízes é CCC (em que C equivale a *consoante*), que recebe infixos (dados em Nida, 1949: 68, que remete a Bloomfield, 1933):

(3.8)	*ktb	‘escrever’
	katab	‘ele escreveu’
	katib	‘escrevendo’
	kitab	‘livro’
	maktab	‘lugar para escrever’

Note-se que a característica definidora do infixo é a de ele posicionar-se no interior de uma raiz. Não se entenda, portanto, como infixo um afixo que se apresente entre outros dois afixos. Vamos a um exemplo. Em turco, o verbo *yemek* ‘comer’ apresenta, no seu imenso paradigma de cerca de três mil formas, a forma *yedim* ‘comi’ e outra, *yemedim* ‘não comi’. Não há razão para se considerar *-me-* um infixo. É um sufixo numa sequência de sufixos, como ilustrado a seguir (*vide* Gleason, 1961: 121):

(3.9)	ye-	me-	di-	m
	comer	NEG	PAS	1SG/AG

☞ Não são apenas as raízes que são focalizadas como podendo apresentar-se como formas descontínuas, em virtude de um morfema ter sido incluído no seu interior. Segundo Nida (1949: 67-68; 76), em zoque, língua indígena do México, por exemplo, vários morfemas apresentariam alomorfes descontínuos, numa análise bem ao gosto de IA. Comparem-se as formas básicas em (a) com as sequências em (b):

(a)	ken-	‘olhar’	(b)	kenu	‘olhar-PAS’
	y-	‘3SG/ S/ TRANS’		kenpa	‘ele olha, ele olhará’
	-hay-	‘BEN’ <sup>14</sup>		kyenhayu	‘ele viu isso para ele (em seu favor)’
	-ʔoʔy-	‘DES’ <sup>15</sup>		kenʔoʔyu	‘ele queria olhar’
	-u	‘PAS’		kenʔoʔpya	‘ele quer olhar’
	-pa	‘PRES OU FUT’			

O Benefactivo e o Presente/Futuro podem, por exemplo, apresentar-se na sequência *-h a p y a -*, em que cada um está parcialmente dentro do outro.

Também os morfemas alternativos fazem um morfema apresentar-se numa forma descontínua. Como dissemos anteriormente, casos como esses não se ajustam bem à análise em constituintes imediatos, embora evitem que se fale em *regras* ou *processos*.

por meio de um sufixo e a adjunção de um prefixo, este sem significação própria. Uma alternativa de análise para que se evite a postulação de morfemas sem significado e para levar em consideração a adição simultânea de elementos nas posições inicial e final da formação – que é a característica definidora dos derivados parassintéticos – é considerar formas como *amanhecer* com a estrutura em (3.10):

### (3.10) manhã + a....ec(e(r)).

Neste caso, *a....ec(e(r))* é um afixo descontínuo, o **circunfixo** (e por essa razão a denominação *circunfixação* é empregada em lugar de *parassíntese* caso se leve em conta tal proposta).

Para alguns estruturalistas, como Nida, por exemplo, os *morfemas reduplicativos*, de que trataremos a seguir, incluem-se entre os morfemas aditivos.

#### 3.3.1.2. Morfema reduplicativo

O **morfema reduplicativo** pode ser focalizado não como um afixo com formas bastante variáveis, mas como uma modificação na raiz, que consiste na repetição de toda ela ou de parte dela.

<sup>14</sup> O Benefactivo é o Caso que indica em favor de quem algo é feito.

<sup>15</sup> Desiderativo é o Modo para a expressão do desejo ou vontade.

De acordo com Anderson (1985b: 169), são quatro os tipos mais comuns de reduplicação. A cópia pode afetar a consoante ou grupo inicial. Nesses casos não é difícil encontrar-se a inserção de uma vogal determinada. Alguns perfeitos latinos, por exemplo, são marcados pela repetição da consoante inicial do primeiro radical do verbo, seguida de *-e-*:

(3.11) Presente	Perfeito
pango 'concordo'	pepīgī
pargo 'abstenho-me de'	peperci
cano 'canto, celebro'	cecīnī

A cópia pode afetar a primeira sequência inicial de consoante e vogal: no pídgin da Nova Guiné, *pairap* 'explodir' é intensificado em *papairap* 'explodir diversas vezes e em rápida sequência' (Mühlhäusler, 1979: 405). Pode também copiar toda a primeira sílaba, ou ainda toda a raiz, como no pídgin da Nova Guiné *pretpret* 'estar muito amendrontado', formado a partir de *pret* 'estar amendrontado' (Mühlhäusler, 1979: 406).

A reduplicação não afeta necessariamente apenas sequências fônicas iniciais. Ainda no pídgin da Nova Guiné é possível encontrar a reduplicação da sílaba final, por exemplo: *lapun* 'velho', mas *lapunpun* 'muito velho'. Observem-se também os exemplos a seguir, acerca do Número no verbo em samoano, língua austronésia falada em Samoa (oceano Pacífico – Gleason, 1955: 29; Jensen, 1990: 70):

(3.12) manao <sup>16</sup>	'quer'	mananao	'querem'
matua	'é velho'	matutua	'são velhos'
malosi	'é forte'	malolosi	'são fortes'
punou	'retesa'	punonou	'retesam'
pese	'canta'	pepese	'cantam'
alofa	'ama'	alolofa	'amam'
galue	'trabalha'	galulue	'trabalham'
malii	'morre'	maliliu	'morrem'

No exemplo acima, a expressão do Número Plural se faz pela repetição da sílaba mais próxima àquela que é a última na forma singular. Jensen (1990: 71) analisa esses exemplos como um *processo*, formalizado como em (3.13), a seguir, em que o símbolo *X* indica que não importa o que veio antes da penúltima sílaba, isto é, da penúltima sequência *C(onsoante)+V(ogal)*; o colchete de fechamento ] indica o final do vocábulo; o <sub>v</sub> em letra subscrita indica que a classe gramatical da palavra é *verbo*:

(3.13)	X	C	V	(C)	V] <sub>v</sub>														
	1	2	3	4	5	6	→	1	2	3	2	3	4	5	6				
																			[+ plural]

<sup>16</sup> As sequências de vogais contam como sílabas separadas. Não há ditongos nessa língua (Jensen, 1990: 71).

Observe como o tratamento que Gleason Jr. (1961: 96) apresenta para a reduplicação é diferente daquele formalizado por Jensen e apresentado em (3.13). Jensen, ao empregar uma regra para descrever a formação do Plural, capta uma generalização acerca da gramática dessa língua. Gleason Jr., por seu turno, define a **reduplicação** como "afixos com formas extremamente variáveis". Estamos, assim, na análise de Gleason Jr., perante uma lista de morfemas aditivos. Ao apresentar a reduplicação não como uma regra, mas como uma lista de afixos, Gleason Jr. mantém-se atrelado a IA, mas perde em generalização. Vejamos um dos exemplos que apresenta, do tagalo, língua austronésia falada nas Filipinas (Gleason Jr. *id. et ibid*):

(3.14)	/isá/	'um'	/iisá/	'só um'	prefixo /i-/
	/dalawá/	'dois'	/dadalawá/	'só dois'	/da-/
	/tatló/	'três'	/tatatló/	'só três'	/ta-/
	/píso/	'peso'	/pipíso/	'só um peso'	/pi-/ etc.

Diferentemente de Jensen, que muda uma forma, básica, em outra, Gleason Jr. apresenta-nos uma lista de alomorfes (a parte que se repete) que expressam a mesma noção, embora com formas fonológicas bem distintas.

Anderson (1985b: 170) observa que é razoavelmente limitado o conjunto de significados expressos pela reduplicação. Nos nomes indica "pluralidade, formas diminutivas (ou aumentativas), mas não caso, gênero ou categorias dêiticas/referenciais". Nos verbos, a reduplicação costuma indicar diferenças aspectuais ("tais como progressivos, imperfeitos, perfeitos representando um estado, distributivos, interativos etc.), formas plurais e modos tais como hipotético, não realizado etc., mas não pessoa, voz ...", ou mesmo tempo, se esta categoria está dissociada de oposições aspectuais.

### 3.3.1.3. Morfema alternativo

O **morfema alternativo** consiste na mudança da estrutura fônica da raiz (seja por alternância da qualidade ou quantidade de vogais, de consoantes, de acento ou de tom), como em *digo/dizes*. Exemplos clássicos desses morfemas nas línguas ditas flexivas são o *Ablaut* ou *apofonia* e o *Umlaut* ou *metafonia*, dois processos de alternância de vogais no interior de uma raiz, cuja distinção se faz, em geral, na linguística histórica. Em grego clássico, por exemplo, a alternância entre /e/, marca o presente, e /o/, aliada à reduplicação, o perfeito: *leipo/leloipa*; em português, casos como *fiz/fez*.

Muito frequentemente as alterações na raiz são acompanhadas por outros afixos. É, por exemplo, o padrão geral do Plural de nomes em inglês que explica a postulação de um alomorfe zero de Plural, além da alternância, para a palavra inglesa *feet* 'pés' (plural de *foot* 'pé'). Segundo Nida (1949: 54), *feet* é decomponível em três morfemas: (a) o radical; (b) a substituição de /u/ por /iy/; e (c) o sufixo zero, este último, na realidade, um alomorfe zero de Plural (Nida, 1949: 46n44). À substituição de /u/ por /iy/ é atribuído o *status* de morfema porque se constitui na única diferença visível entre o Singular e o Plural (Nida, 1949: 54).

### 1 Vaca é feminino de boi?

A literatura linguística refere exemplos como *boi/vaca, sou/fui/era* sob a denominação **supletivismo**, que é a alteração máxima que se poderia aplicar a uma raiz: substituí-la por outra forma. Uma alternativa a esse enfoque flexional é considerar que estamos diante de itens lexicais diferentes, relacionados semanticamente, cada um expressando diferentes propriedades.

O motivo que levou à inclusão desses casos entre os fenômenos flexionais nos estudos gramaticais foi, justamente, o estudo de línguas morfológicamente muito flexionadas como o latim, o grego e o sânscrito. Na medida em que lidava com línguas que apresentavam processos de alteração das raízes, a gramática tradicional focalizou tais exemplos como os casos mais radicais desses processos.

Um exemplo clássico pode tornar mais claro o nível de alteração das raízes estudado nas gramáticas tradicionais: o sistema de **Ablaut** (ou alteração de vogais) do protoindo-europeu, aqui exemplificado com a raiz indo-europeia *\*bher* 'carregar' (Hock, 1986: 545). As alterações são classificadas em graus:

- grau normal, ou grau-e**, em que se mantém o *-e-* na raiz, como em *\*bher-ō*: gr. *pher-ō*; lat. *fer-ō* 'eu carrego';
- grau-o**, em que há a substituição do *e* do grau normal por *o*, como em *\*bhor-eyō*: gr. *phor-eō* 'carrego repetidamente';
- grau expandido**, com a substituição de *e* ou *o* pela vogal longa correspondente, como em *\*e-bhēr-s-t*. sânscr. *a-bhā-r* 'carregou'; gr. *phōr* 'ladrao';
- grau-ø**, em que há a supressão da vogal básica, como em *\*bhr-ti*. sânscr. *bhr-ti* - 'um carregamento'.

#### 3.3.1.4. Morfema zero

O morfema zero é de natureza diferente. Observem-se os exemplos em (3.15), referentes ao Gênero do nome (mais especificamente, de nomes relativos a seres animados) em português.

(3.15) Masculino	Feminino
mestre	mestra
hóspede	hóspeda
leitor	leitora
professor	professora
marquês	marquesa
menino	menina
gato	gata

A marca de Feminino é sempre *-a/* nesses exemplos. Sua ausência é significativa como característica de Masculino. Daí Câmara Jr. ter postulado um **morfema zero** para o Masculino em português, isto é, "um morfema no qual não haja nenhum alomorfe evidente" (Gleason Jr., 1961: 80).

A postulação do morfema zero não foi aceita por todos os linguistas. Gleason Jr. (*id. et ibid.*), por exemplo, considerou-o "absolutamente desnecessário" e "logicamente insustentável", porque não haveria "fronteiras definíveis" para a justificativa de seu emprego, uma vez que poderíamos "adicionar livremente zeros de toda a ordem às nossas descrições, cada um deles tão defensável como o último". Uma forma como *mestre*, por exemplo, poderia ser analisada como (3.16):

(3.16)	mestre	+	ø	+	ø
			MASC		SG

A crítica de Gleason Jr. torna-se mais aguda se atentarmos para a diferença entre fenômenos flexionais e derivacionais. As categorias gramaticais formam classes fechadas. Ao trabalhar com elementos flexionais, o linguista postula zeros que se opõem a elementos bem definidos, representantes das propriedades morfossintáticas. Ao lidar com dados derivacionais, porém, apresenta-se-lhe quadro diverso. Poderia opor a marca de Masculino à de Feminino, por exemplo; mas que poderia opor, digamos, a uma derivação em *-dade*? Ou melhor: o fato de uma forma não apresentar um derivado em *-dade* seria motivo para a postulação de um morfema zero? Os dados não permitiriam, neste caso, um uso justificável desse artifício descritivo.

Mesmo aqueles que não se opuseram à postulação de morfemas zero advertiram quanto à parcimônia com que deveriam ser empregados. É o caso de Nida (1949: 46), por exemplo: "Deve-se evitar [...] o uso indiscriminado de zeros morfêmicos. De outro modo a descrição de uma língua torna-se excessivamente polvilhada de zeros, devidos apenas à congruência estrutural e ao equilíbrio".

#### 3.3.1.5. Morfema subtrativo

O **morfema subtrativo** consiste num radical que perde fonemas para a expressão de um dado traço gramatical (Nida, 1949: 75). O exemplo clássico do morfema subtrativo foi apresentado por Bloomfield (1933: 217) para o Gênero do adjetivo em francês:

(3.17) Masculino			Feminino	
plat	[pla]	'plano'	platte	[plat]
laid	[lɛ]	'feio'	laide	[led]
distinct	[diste <sup>n</sup> ]	'distinto'	distincte	[diste <sup>n</sup> kt]
long	[lo <sup>n</sup> ]	'longo'	longue	[lo <sup>n</sup> g]
bas	[ba]	'baixo'	basse	[ba:s]
gris	[gri]	'cinza'	grise	[gri:z]
frais	[frɛ]	'fresco'	fraîche	[frɛ:ʃ]
gentil	[ʒɑ <sup>n</sup> ti]	'gentil'	gentille	[ʒɑ <sup>n</sup> ti:j]
léger	[leʒɛ]	'luz'	légère	[leʒɛ:r]
soul	[su]	'bêbado'	soule	[sul]
plein	[ple <sup>n</sup> ]	'cheio'	pleine	[plɛ:n]



Uma possibilidade de análise seria a de se tratar o Feminino como um caso de morfema aditivo: a uma forma básica masculina somar-se-ia uma consoante, indicadora de Feminino. O problema seria: que consoante? As consoantes finais da forma feminina somente são previsíveis caso se tome a escrita como base (mas este é um procedimento inválido, como vimos anteriormente). Daí a proposta de Bloomfield (*id. et ibid.*):

se tomamos a forma feminina como nossa base, podemos descrever esse tipo irregular pela assertiva simples de que a forma masculina é derivada da feminina por meio de um traço subtrativo (ing. minus-feature), a saber, a perda da consoante final ou do grupo [-kt].

O morfema subtrativo, juntamente com o *alternativo* e o *zero*, faz parte do grupo dos “malcomportados” (Anderson, 1988: 153). Todos ajustam-se mal a IA, porque não há como segmentar “a forma de superfície de uma palavra contendo essa categoria de modo que alguma subparte (possivelmente descontínua) de sua estrutura constitua o morfe em questão” (Anderson, 1988: 160). Mas o que é um *morfe*?

### 3.3.2. O morfema é uma classe de morfes

O *morfe* é um segmento de enunciado, ou melhor, uma sequência fônica, a que é possível atribuir significado e que será posteriormente classificado num morfema. O morfema é, por conseguinte, uma abstração em relação ao morfe, do mesmo modo que o fonema o é em relação ao fone: um *morfe* é uma classe de morfes, isto é, cada *morfe*, ou *alternante morfêmica*, é um elemento de um conjunto (que pode ser unitário) formador de uma unidade estrutural, que é o morfema. Qualquer enunciado é completamente composto de morfes (Hockett, 1947: 230). Também são morfes todas as sequências fonêmicas que restam após a divisão do enunciado, tenham ou não significado (Hockett, 1947: 239).

Quando, anteriormente, segmentamos *gatinhos*, segmentamos esse enunciado em morfes, não em morfemas. Qual a diferença? Tomemos para exemplo o *-s* final, que identificamos como marcador de Plural. Se ampliássemos nosso *corpus*, de modo que, além dos exemplos acima, ele incluísse também formas como as de (3.18), a seguir, veríamos que o Plural em português pode manifestar-se ainda de outras maneiras que não a adição de */-s/*. Vejamos algumas delas:

(3.18)	Singular	Plural	Singular	Plural
a.	cruz	cruzes	b. lápis	lápiz $\emptyset$
	pilar	pilares	cactus	cactus $\emptyset$
	líquen	líquenes	pires	pires $\emptyset$

Os poucos exemplos acima revelam que */-s/* não é a única expressão possível para o Plural em português. Em outras palavras: o morfema de Plural realiza-se (pelo menos)

por meio de dois outros *alomorfe*s, cada um deles com uma *distribuição*<sup>17</sup> determinada. Assim, acrescenta-se */-s/* ao nome no Singular se termina em vogal ou ditongo; */-es/*, caso termine em consoante, como em (3.18a) acima, exceção feita a nomes paroxítonos em */s/*, quando então a forma permanece invariável, como em (3.18b). Neste último caso estaríamos perante um *alomorfe zero*: dentre as possíveis realizações de um morfema uma delas é não apresentar realização fonêmica. O morfema de Plural não é, portanto, a realização específica *x* ou *y*, mas o conjunto dessas realizações, ou *alomorfe*s. Poderíamos representá-lo como em (3.19), com o elemento que aparece no maior número de ambientes tomado para a representação do morfema. As reticências indicam que, com a ampliação do *corpus*, poderíamos encontrar outros alomorfe:

(3.19) {S} → /-s ~ -es ~  $\emptyset$  ~ .../  
PL

### 3.3.3. A alomorfia

Como dissemos anteriormente, para chegar aos morfemas de uma língua o linguista procede pela *substituição*, já adotada na fonêmica: isola-se o *foco* da análise do restante do *ambiente*, como nos experimentos controlados das ciências naturais (Haugen, 1951: 360). Essa técnica permite ao pesquisador segmentar o enunciado em morfes, que serão posteriormente classificados em morfemas, a partir de procedimentos bem determinados, como, por exemplo, os princípios estabelecidos por Nida (1949), que reproduzimos adiante, no quadro 5.

Cabe ao linguista comparar enunciados parcialmente diferentes, para formas que apresentem distintividade semântica comum, em busca de identidade fonêmica (*princípio a*) ou de diferenças que possam ser definidas fonemicamente (*princípio b*), de distribuição complementar ou variação livre (*princípio c*).

Como identificar, por exemplo, os elementos formadores do vocábulo *gatinhos*? A resposta é: com a ajuda de vocábulos parcialmente semelhantes. Pela comparação de *gatinhos* com *gatinho* e com pares como *pato/patos*, *mestre/mestres*, depreende-se o *-s* final como marca de Plural. Pela comparação com *gato* e com formas como *patinho*, *ursinho* isola-se mais um elemento: *-inho*, indicador de diminutivo. Resta a forma *gat-*, que é recorrente e que se não consegue, por sua vez, subdividir em unidades menores com significado: compare-se *gatinho* com formas parcialmente semelhantes como *gato*, *gataria*.

E *ágata*, por exemplo? Não é possível comutar *ágata* com *gato* sem que se destrua qualquer relação de significado. Uma vez que aquela forma ocorre em isolado, é classificável num morfema (*princípio f*).

Deve-se ter sempre em mente que a sequência sonora tem de estar associada a um determinado significado. É este um dos fundamentos da análise: o *morfema* é

<sup>17</sup> Por *distribuição* entenda-se o conjunto de ambientes em que uma forma pode ocorrer.

uma “unidade mínima com significado” (Nida, 1949: 6). Ora, se a mesma sequência de fonemas /gat/ está presente em termos como *ágata*, *gaturamo*<sup>18</sup>, isto não é condição suficiente para classificarmos tais ocorrências em conjunto com a sequência /gat/ de *gato*. É que não se pode aí identificar qualquer semelhança de significado com a forma {GAT-} presente em *gato*, *gatinho*, *gatão* etc., e, por conseguinte, subdividir as formas *ágata* e *gaturamo* (em *á-gat-a* ou *gat-uramo*), comutando-as com *gato*.

E formas como *canto* ‘atividade de cantar’ e *canto* ‘junção de duas paredes’? Novamente, embora fonemicamente idênticas, tais formas não podem ser relacionadas, porque seus significados nada têm em comum. Trata-se de formas homófonas, que não serão classificadas no mesmo morfema (*princípio e*).



Os estruturalistas tiveram dificuldade em lidar com a noção de significado. Joos (1950: 356), por exemplo, define o significado de um morfema em termos distribucionais: o significado de um morfema é, “por definição, o conjunto de probabilidades condicionais de sua ocorrência em relação a todos os outros morfemas”.

Para alguns problemas que cercaram o tratamento estruturalista do significado, a partir da noção de *raiz*, ver *Operacionalização do conceito de raiz* (Basílio, 1974b).

### Quadro 5: Seis princípios para a identificação dos morfemas de uma língua (Nida, 1949).

- a) “Constituem um morfema único as formas que têm distintividade semântica comum e forma fonêmica idêntica em todas as suas ocorrências”;
- b) “As formas que apresentam distintividade semântica comum mas diferentes na forma fonêmica (*i.e.*, os fonemas ou a ordem dos fonemas) podem constituir um morfema desde que a distribuição de diferenças formais seja fonologicamente definível”;
- c) “As formas que apresentam distintividade semântica comum mas que diferem na forma fonêmica de tal modo que sua distribuição não pode ser fonologicamente definida constituem um morfema único se estão em distribuição complementar em acordo com as seguintes restrições:

1. A ocorrência nas mesmas séries estruturais têm precedência sobre a ocorrência em diferentes séries estruturais na determinação do *status* de morfema;

<sup>18</sup> Observe-se que, conforme já vimos anteriormente (cap. 1), não há a possibilidade de se argumentar que *gat-* em *gato* e em *gaturamo* não podem ser classificados num mesmo elemento por terem étimos diferentes: respectivamente, o latim *cattus* e o tupi *caturama*.

2. A distribuição complementar em séries estruturais diferentes constituem a base para a combinação de possíveis alomorfes num morfema apenas se aí também ocorrer nessas séries estruturais diferentes um morfema que pertença à mesma classe de distribuição, como as séries alomórficas em questão, e que ele próprio tenha apenas um alomorfe ou alomorfes definidos fonologicamente.

3. Ambientes táticos imediatos (ing. *immediate tactical environments*) têm precedência sobre ambientes táticos não imediatos na determinação do *status* morfêmico.

4. Contraste em ambiente distribucional idêntico pode ser tratado como sub-morfêmico se a diferença no significado dos alomorfes reflete a distribuição dessas formas.”

- d) “Uma diferença formal explícita numa série estrutural constitui um morfema se em qualquer membro dessa série a diferença formal explícita e uma diferença estrutural zero são os únicos traços para distinguir uma unidade mínima de distintividade fonético-semântica.” (v. seção 3.3.1.3);
- e) “As formas homófonas são identificáveis como o mesmo morfema ou como morfemas diferentes com base nas seguintes condições:

1. As formas homófonas com significados nitidamente diferentes constituem morfemas diferentes.

2. As formas homófonas com significados relacionados constituem um único morfema se as classes de significado podem ser postas em paralelo pelas diferenças distribucionais, mas constituem múltiplos morfemas se as classes de significado não podem ser postas em paralelo pelas diferenças distribucionais.”

- f) “Um morfema é isolável se ocorre sob as seguintes condições:

1. Em isolado.

2. Em combinações múltiplas, pelo menos em uma das quais a unidade com que se combina ocorre em isolado ou em outras combinações.

3. Numa combinação única, desde que o elemento com o qual se combina ocorra em isolado ou em outras combinações com constituintes não únicos.”

### 3.3.4. A morfotática

Se a *alomorfia* diz respeito às configurações que um morfema pode tomar, a *morfotática* dá conta das restrições à combinação de morfemas, ou melhor, estuda a sua distribuição. A difusão do termo deve-se a Hockett: por *tática* (< ingl. *tactics*) compreende-se qualquer teoria sobre a combinação de unidades similares, como fonemas com fonemas<sup>19</sup>, morfemas com morfemas.

A morfotática leva em conta: *formas*, *ordem* (*linear*), *construções* e *hierarquia de constituintes*, representada por CI.

<sup>19</sup> Seria a fonotática.



Segundo Hockett (1954: 389), o *padrão tático* de uma língua resulta de:

- a) Uma lista das construções.
- b) Em cada construção:
  - a enumeração das posições nela contidas;
  - a especificação de algum marcador para essa construção;
 Para cada posição:
  - uma lista dos morfemas que nela podem ocorrer;
  - uma lista das construções que nela podem ocorrer.

Para estabelecer o padrão tático de uma língua no tocante à morfologia, descrevem-se as classes de distribuição característica dos morfemas. As “classes mais universais em todas as línguas do mundo são a dos *radicais* e a dos *afixos*” (Gleason Jr., 1961: 63). Os radicais e os afixos distribuem-se, por sua vez, em sub-classes. Dentre os radicais, há, por exemplo, radicais verbais e radicais nominais; dentre os afixos, encontramos, por exemplo, os sufixos. Um sufixo segue um radical, o que faz com que *\*docaminha*, por exemplo, seja impossível para a expressão do participípio de CAMINHAR em português.

### 3.4. A morfofonêmica

Alguns estruturalistas norte-americanos, como Hockett e Wells, por exemplo, defenderam a necessidade de um nível intermediário entre a morfologia e a fonologia. A **morfofonêmica** é “o ramo da gramática que lida com a forma fonêmica de morfemas, palavras e construções, sem atenção ao significado” (Hockett, 1942: 107). Esse nível segue-se da inclusão de uma **condição de biunivocidade** na análise fonêmica. Tal condição previa que a uma determinada cadeia de fonemas deveria corresponder uma cadeia de fones e vice-versa. Assim, para uma forma como *asa* teríamos a correspondência fonema/fone como ilustrado a seguir:

(3.20)	/a/	+	/z/	+	/a/	<b>sequência fonêmica</b>
	⇕		⇕		⇕	
	[a]		[z]		[ø]	<b>sequência fonética</b>

Podemos afirmar que /z/ é um fonema no português porque pode opor formas na língua (*asa/assa*, por exemplo). Pela mesma razão, também /š/ pode ser considerado um fonema: *acha/assa/asa*. Pela condição da biunivocidade, dada uma cadeia fonética, deveria também ser possível depreender a cadeia fonêmica. Imagine, então, a sequência fonética *casas*, mas seguida de uma palavra começada por vogal, como em *casas alegres*. Deveria corresponder a algo como (3.21):

(3.21)	[k]	[a]	[z]	[ø]	[z]	[a]	[l]	[ε]	[g]	[r]	[u]	[š]
	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕	⇕
	/k/	/a/	/z/	/a/	/z/	/a/	/l/	/ε/	/g/	/r/	/e/	/š/

?

Eis aqui um problema, apontado pelas setas. Havíamos afirmado que tanto /z/ como /š/ eram fonemas, bem como /s/, e *uma vez fonema, sempre fonema*<sup>20</sup>. No entanto, nessa posição, tais elementos não contrastam: podemos ter *casa[z]* (*alegres*), *casa[ž]* (*verdes*), *casa[š]* (*feias*). A saída para aqueles que adotaram esse enfoque foi a postulação de um terceiro nível de análise, intermediário. Listam-se os morfofonemas (representados entre barras verticais, assim | |), os fonemas para substituí-los e os ambientes em que ocorrem. Pontes (1965: 32), por exemplo, ao tratar dos verbos, propõe para o -s final, que ela representa pelo morfofonema |z|<sup>21</sup>, a seguinte lista de fonemas: (a) /z/ diante de vogal; (b) /š/ diante de silêncio ou consoante surda; e (c) /ž/ diante de consoante sonora. A inclusão de mais um nível de análise foi o preço por procurar levar IA às últimas consequências.

Vimos até aqui o modo como uma influente corrente da Linguística compreendeu os princípios que regem a estrutura da palavra. Passamos, em seguida, a alguns dos problemas com esse tipo de análise.

### 3.5. Alguns problemas para a análise morfofonêmica

Considerar o morfema como a unidade mínima de som e significado em que se baseia a análise acarretou problemas, que não passaram despercebidos já aos linguistas da época. Apresentamos, em seguida, quatro desses problemas, todos recorrentes na literatura: os *fonestemas*, os *morfes supérfluos*, os *morfes vazios*, os *morfes cumulativos*.

<sup>20</sup> Não se pode, ao adotar a biunivocidade, lançar mão do conceito de arqifonema, possível em IP.

<sup>21</sup> Pontes (1965: 31): “É claro que os morfofonemas estabelecidos, foram-no com base no paradigma verbal: correspondem a alternâncias fonologicamente condicionadas de morfemas verbais. Foi pela observação dos paradigmas que os estabelecemos. É possível que algum não se aplique a outras classes de palavras.” A escolha de |z| é explicada em nota (*id.*: 46n3): “... diante de vogal poderia ocorrer qualquer um dos fonemas, mas, diante de consoante, /z/ não ocorre (no português do RJ): sendo ela surda, só encontramos /š/ e sendo sonora, somente /ž/. A troca é automática, portanto”.

### 3.5.1. Os fonestemas ou elementos fonestéticos ou simbolismo fonético

Os **fonestemas** (< ingl. *phonaesthemes* < *phono-* ‘som’ + *aesthé-* ‘perceber’ + *-ema* ‘unidade estrutural’) são sequências sonoras recorrentes que associam algumas poucas palavras cujo significado é relacionado (Joseph, 1998: 360). O exemplo clássico é a sequência *gl* em vocábulos ingleses semanticamente relacionados como *glimmer* ‘reflexo’, *gleam* ‘brilho’, *glow* ‘fulgor’, *glitter* ‘cintilação’. Pode-se apontar como um exemplo paralelo em português a nasal /n/ em formas como *nada*, *ninguém*, *nenhum*, *não*, *nenhures*. Em geral tais sequências não foram consideradas morfêmicas, embora fossem recorrentes e se lhes pudesse atribuir algum tipo de identidade de significado. O ponto em questão é o de que, ao se reconhecerem tais formas no interior de unidades maiores, destroem-se, para o restante do vocábulo, as relações de som e significado que fundamentam a segmentação em unidades mínimas.



Nida argumenta que tais formas não podem ser isoladas como morfemas “uma vez que não ocorrem como formas livres ou com formas que ocorram em outras combinações”. Já Joseph (1998: 361) defende algum *status* gramatical para os fonestemas com base na diacronia do inglês. A sequência *-ag* aparece em palavras inglesas cujo sentido poderia ser glosado como ‘ação tediosa, cansativa ou lenta’, como em *drag* ‘arrastar (com força e dificuldade)’, *fatig* ‘fatigar, estafar’, *flag* ‘esmorecer’, *lag* ‘demorar-se’, todas elas já presentes no inglês médio (ca. 1100-1500). Essas formas, segundo o A., teriam atraído para sua órbita *sak*, que, a partir do século XVI torna-se *sag* ‘afundar, descair’.

### 3.5.2. Os morfes supérfluos (Anderson, 1992: 54)

É possível em português formar advérbios a partir de adjetivos, juntando a estes o sufixo *-mente*: *doce/docemente*, *triste/tristemente*, *feliz/felizmente*. Os adjetivos *doce*, *triste* e *feliz* são uniformes: *homem doce/triste/feliz*, *mulher doce/triste/feliz*. Mas e quando não o são? Bem, nesses casos os advérbios em *-mente* têm de ser derivados a partir da forma de Feminino do adjetivo: *lindamente*, *graciosamente*, *fonologicamente*. Existe uma razão histórica para isso: *-mente* deriva do substantivo feminino *mente*, com que o adjetivo que o antecedia concordava.

Deixando de lado a história da língua, que não pode, numa análise sincrônica, ser chamada à cena, temos três morfemas em *lindamente*: *lind-* + *-a* + *-mente*. Que fazer com *-a* nesse tipo de análise? Podemos classificá-lo como marca de Feminino, mas tal marca é decididamente supérflua num vocábulo invariável e, além disso, incompatível com o significado do vocábulo. Se a considerarmos como expressão do Gênero, temos ainda um problema a mais, que é o de marcar uma flexão (supérflua) antes da derivação. Resta-nos ainda uma outra alternativa: classificar esse *-a-* como um *morfe vazio*: *-a-* não seria considerado marca de Feminino, mas algo como uma vogal de ligação, sem significado, por conseguinte, e teríamos tentado sair de um problema criando outro, como veremos em seguida.

### 3.5.3. O morfe vazio

Um dos problemas para a análise estruturalista são os elementos recorrentes que não apresentam significado. Um **morfe vazio** é um morfe que não tem significado e que não é atribuído a nenhum morfema. Para Hockett (1947: 238), /a/, vogal temática do infinitivo espanhol *amar* é um morfe vazio, uma vez que a forma pode ser analisada como composta da raiz *am-* mais a terminação *-r* de infinitivo<sup>22</sup>.

Se “o morfe vazio não é atribuído a morfema algum, não tem razão de ser” (Basílio, 1974a: 83). Que diferença pode ser postulada entre esse /a/ sem significado e que não é atribuído a morfema algum, por exemplo, e o fonema /a/? Caso aceitemos a proposta de morfemes vazios, a definição do morfema como elemento mínimo de som e significado desmorona. É como um cobertor curto: ou ficam dados a descoberto, ou fica-se com princípios de análise que são inúteis, uma vez que só funcionam às vezes.

### 3.5.4. O morfe cumulativo

Na análise morfêmica espera-se que a um elemento de significado deva corresponder um elemento no nível da expressão e vice-versa. Retomemos, no entanto, a análise de Pontes (1965) para a forma portuguesa *amas*, apresentada antes, em (3.5b) e aqui repetida por conveniência:

(3.5) b.

	amas	
am-	-a-	-s
raiz	VT + IND. PRES.	2SG

Ao propor que um único morfe pudesse representar a vogal temática e a desinência para TMA (as quais, em outras formas do verbo, tais como em *am-á-va-mos*, são elementos separados) quebrava-se esse desiderato: um único morfe representava duas posições distintas do padrão verbal. O mesmo em sua análise para *amo* [que segue a de Hockett (1947)]: |-o| indica, cumulativamente, IND. PRES. + 1SG.

Problema semelhante apresenta-se no caso da fusão de dois ou mais morfemas distintos, realizados por uma única unidade, denominada na literatura **morfe portemanteau** (fr. ‘cabide’) ou **cumulativo**, como no caso da forma *du* do francês, que realiza dois morfemas distintos, a saber *de+le*.

<sup>22</sup> A análise de *amas* não é a mesma. Não há aí, segundo Hockett (1947: 238), qualquer morfe vazio: nesse caso, /a/ indica IND. PRES., uma vez que é a única diferença em relação a *ames*, por exemplo (cf. seção 3.2.2.).

Em virtude dos problemas suscitados pela noção de morfema segundo o modelo IA, começariam a surgir propostas alternativas para lidar com a morfologia. A análise de Matthews (1972) sobre o verbo em latim<sup>23</sup> advogaria a volta do modelo Palavra e Paradigma no estudo das chamadas línguas flexivas. Era o começo de propostas voltadas para a palavra, como veremos a seguir.

<sup>23</sup> Na linguística atual, talvez a primeira voz em favor da importância da *palavra* na análise gramatical seja Robins (1959).

## 4

# Preparando o retorno da *palavra*

### 4.1. Introdução

No presente capítulo vamos focalizar alternativas à noção clássica de morfema nascidas nas últimas três décadas. Surgiram tanto no âmbito da morfologia derivacional como no da flexional, em consequência de problemas como os que acabamos de ver. Das muitas propostas, quase uma por autor, este capítulo tem como pano de fundo quatro, em virtude da repercussão desses trabalhos internacionalmente e, em especial, no Brasil: Matthews (1972; 1974), Aronoff (1976; 1994), Basílio (1980), Anderson (1985b; 1992). Para uma visão ampla das propostas surgidas nas últimas décadas, sugerimos Spencer (1991) e Carstairs-McCarthy (1992).

### 4.2. O morfema na derivação

Na morfologia por Item e Arranjo, os morfemas são as unidades que constroem a análise em CIs. Esses ‘pedaços de material’, em geral (ou pelo menos idealmente) em sequência, juntam-se para formar sucessivamente palavras, sintagmas, orações, frases. Esse modo de focalizar o morfema está captado na metáfora ‘o morfema é uma coisa’ – *i.e.*, uma forma –, e a morfologia, por conseguinte, é afixação por excelência.

A definição do morfema como *forma mínima com significado* levou a dificuldades que não deixaram de ser detectadas pelos estudiosos da época, a começar pela questão do significado a atribuir a um morfema. Em seu clássico *Morphology*, Nida (1949: 162) afirmava que “os significados das formas presas são particularmente difíceis de descrever”. Em especial as dificuldades em estabelecer com precisão o significado de um morfema se fizeram sentir no estudo da derivação (Basílio, 1974a: 85).